

A INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS INTERNACIONAIS NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FOZ DO IGUAÇU

Ana Paula Domingos Baladeli

Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA-Brasil)

José Luiz da Silva Acosta

Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA-Brasil)

Estephany Eduarda da Silva de Souza

Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA-Brasil)

RESUMO

No ano de 2023, o município de Foz do Iguaçu, na região oeste do Paraná, atingiu a sua maior nota no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), em comparação com edições anteriores da mesma avaliação. Logo, a situação desperta o questionamento acerca das políticas educacionais que contribuíram para tal resultado. O referido desempenho provoca o debate tanto sobre as políticas educacionais implementadas na rede de ensino quanto sobre a origem dessas políticas em organismos internacionais, como, por exemplo, o Banco Mundial. Nesse contexto, emerge a necessidade de compreender de que forma as diretrizes propostas por organismos internacionais, como o Banco Mundial, influenciam diretamente nas decisões tomadas pela Rede Municipal de Educação de Foz do Iguaçu. Assim, o presente estudo tem como objetivo discutir a presença dessas orientações internacionais na formulação e implementação de políticas locais. Para tanto, foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental, fundamentadas nos estudos de Faleiros (2004), Ball (2005), Mainardes (2006), Pasini (2016), Gonzaga (2023), entre outros autores. Os dados analisados podem sugerir a inserção de elementos da lógica meritocrática, performativa e gerencialista na gestão educacional do município, especialmente por meio do Decreto n.º 32.291/2024, que regulamenta o Programa de Gestão para Resultados e institui o pagamento do Prêmio por Desempenho. Ao atrelar bônus financeiros ao alcance de metas baseadas no Ideb, a política municipal adota critérios que, embora apresentem aparência de incentivo à qualidade, desconsideram desigualdades estruturais enfrentadas pelas escolas, como vulnerabilidades sociais e econômicas. Dessa forma, evidencia-se que, ao incorporar diretrizes externas sem considerar as especificidades locais, o município pode acabar naturalizando desigualdades e deslocando o sentido da educação como direito social para uma lógica de mercado. Portanto, este estudo propõe uma reflexão crítica sobre as políticas educacionais adotadas pelo município de Foz do Iguaçu e os impactos gerados no cotidiano das escolas e dos profissionais da educação.

Palavras-chave: política educacional; organismos internacionais; Ideb; Foz do Iguaçu-PR.

THE INFLUENCE OF INTERNATIONAL POLICIES ON THE MUNICIPAL EDUCATION NETWORK OF FOZ DO IGUAÇU

ABSTRACT

ABSTRACT

In 2023, the municipality of Foz do Iguaçu, in the western region of Paraná, achieved its highest score in the Basic Education Development Index (IDEB), compared to previous editions of the same assessment. Therefore, the situation raises questions about the educational policies that contributed to such result. This performance sparks debate both about the educational policies implemented in the school system and about the origins of these policies in international organizations, such as the World Bank. In this context, there is a growing need to understand how guidelines proposed by international organizations, as the aforementioned World Bank, directly influence the decisions made by the Foz do Iguaçu Municipal Education Network. Thus, this study aims to discuss the impact of these international guidelines on the formulation and implementation of local policies. In this sense, bibliographical and documentary research was carried out, based on the studies of Faleiros (2004), Ball (2005), Mainardes (2006), Pasini (2016), Gonzaga (2023), among other authors. The data analyzed may suggest the insertion of elements of meritocratic, performative and managerialist logic in the municipality's educational management, especially through Decree No. 32,291/2024, which regulates the Results-Based Management Program and establishes the payment of the Performance Bonus. Through tying financial bonuses to the achievement of IDEB-based targets, municipal policy adopts criteria that, while appearing to encourage quality, disregard structural inequalities faced by schools, such as social and economic vulnerabilities. Therefore, it becomes clear that by incorporating external guidelines without considering local specificities, the municipality may end up naturalizing inequalities and shifting the concept of education as a social right toward a market logic. Thus, this study proposes a critical reflection on the educational policies adopted by the municipality of Foz do Iguaçu and the impacts they have on the daily lives of schools and education professionals.

Keywords: educational policy; international organizations; IDEB; Foz do Iguaçu-PR.

LA INFLUENCIA DE LAS POLÍTICAS INTERNACIONALES EN LA RED MUNICIPAL DE EDUCACIÓN DE FOZ DO IGUAÇU

RESUMEN

En el año de 2023, el municipio de Foz do Iguaçu, en la región oeste del Paraná, atingió su nota más alta en el Índice de Desenvolvimento de la Educación Básica (Ideb), en comparación con ediciones anteriores de la misma evaluación. Por lo tanto, la situación despierta el cuestionamiento sobre las políticas educativas que contribuyeron para tal resultado. El referido desempeño provoca el debate tanto sobre las políticas educativas implementadas en la red de enseñanza cuanto sobre el origen de esas políticas en organismos internacionales, como, por ejemplo, el Banco Mundial. En ese contexto, emerge la necesidad de comprender de qué manera las directrices propuestas por organismos internacionales, como el Banco Mundial, influyen directamente en las decisiones tomadas por la Red Municipal de Educación de Foz do Iguaçu. Así, el presente estudio tiene como objetivo discutir la presencia de esas orientaciones internacionales en la formulación e implementación

de políticas locais. Para tanto, fueron realizadas investigaciones bibliográfica y documental, fundamentadas en los estudios de Faleiros (2004), Ball (2005), Mainardes (2006), Pasini (2016), Gonzaga (2023), entre otros autores. Los datos analizados pueden sugerir la inserción de elementos de la lógica meritocrática, performativa y gerencialista en la gestión educacional del municipio, especialmente por medio del Decreto n.º 32.291/2024, que reglamenta el Programa de Gestión para Resultados e instituye el pago del Premio por Desempeño. Al vincular bonos financieros al alcance de metas basadas en el Ideb, la política municipal adopta criterios que, aunque presenten apariencia de incentivo a la calidad, desconsideran desigualdades estructurales enfrentadas por las escuelas, como vulnerabilidades sociales y económicas. De esa manera, se evidencia que, al incorporar directrices externas sin considerar las especificidades locales, el municipio puede acabar naturalizando desigualdades y dislocando el sentido de la educación como derecho social para una lógica del mercado. Por consiguiente, este estudio propone una reflexión crítica sobre las políticas educativas adoptadas por el municipio de Foz do Iguaçu y los impactos generados en el cotidiano de las escuelas y de los profesionales de la educación.

Palabras clave: política educativa; organismos internacionales; Ideb; Foz do Iguaçu-PR.

Introdução

O presente estudo objetiva discutir a influência de diretrizes voltadas à educação, defendidas por organismos internacionais, como o Banco Mundial, nas políticas educacionais da Rede Municipal de Educação de Foz do Iguaçu, no estado Paraná. Uma educação que foi “destaque no Ideb 2023 como 1º lugar entre as cidades com mais de 250 mil habitantes”, cujo resultado é atribuído “às melhorias contínuas na qualidade de ensino e ao compromisso em promover o desenvolvimento dos alunos” (Foz do Iguaçu, 2024a).

A promoção do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IdEB) e a sua relação com o conceito de qualidade em educação justifica a discussão acerca da política educacional adotada pelo município de Foz do Iguaçu, que enfatiza seu resultado, sugerindo uma perspectiva gerencialista, utilitarista e baseada em desempenho, que sustenta um discurso de meritocracia. Neste estudo, então, não se assume uma relação mecânica entre as políticas internacionais e sua implementação local em Foz do Iguaçu. Trata-se de reconhecer que a adoção das políticas educacionais ocorre mediada por contextos específicos, influências históricas, disputas e interesses políticos.

Outrossim, a implementação de políticas com uma lógica empresarial não é exclusividade de Foz do Iguaçu. Entende-se a influência de outras estruturas como, por exemplo, os organismos internacionais – notadamente da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), da Organização para a Cooperação e

Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do Banco Mundial (BM) –, que exercem influência para tais práticas. A partir do contexto supracitado, faz-se a seguinte pergunta: quais diretrizes propostas por organismos internacionais perpassam as políticas educacionais de Foz do Iguaçu, no Paraná? O referido questionamento problematiza e orienta a reflexão sobre a política educacional de Foz do Iguaçu, relacionando-a às orientações formuladas pelo BM. Para tanto, tem-se como objetivos específicos: a) realizar uma discussão sobre políticas educacionais; b) levantar informações acerca dos documentos “Propostas para realinhar as políticas em educação” e “Reforma de Estado” (Banco Mundial, 2018a, 2018b); c) tratar dos conceitos de performatividade, meritocracia e gerencialismo; e d) relacionar as diretrizes presentes nos documentos à realidade educacional de Foz do Iguaçu.

Em termos metodológicos, a pesquisa é bibliográfica e considera a abordagem do Ciclo de Políticas de Ball (2005) e Mainardes (2006), apoiada pelo marco teórico dos estudos de Faleiros, (2004), Dubet (2004), Werlang e Viriato (2012) Vieira *et al.* (2013), Pasini (2016), Amestoy e Tolentino-Neto (2020), Gonzaga (2023) e Benitez e Souza (2015). O estudo está organizado em quatro seções: a primeira apresenta a metodologia, justificando a escolha dos documentos estudados, bem como explicitando as técnicas de análise; a segunda aborda os conceitos de gerencialismo, performatividade e meritocracia, bem como as diretrizes dos referidos documentos; por sua vez, a terceira seção discute as políticas educacionais do município, por meio do Decreto n.º 32.291/2024 (Foz do Iguaçu, 2024b), relacionando os elementos que estão presentes nas diretrizes dos documentos do BM. Por fim, nas considerações finais, apresenta-se uma reflexão a partir da realidade em que as políticas educacionais da cidade de Foz do Iguaçu estão inseridas.

Aspectos Metodológicos

A presente investigação possui dupla natureza metodológica, inscrevendo-se no tipo bibliográfico uma vez que, conforme expõe Gil (2002, p. 44), “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, bem como teses e dissertações. Além disso, o trabalho é documental, pois três documentos sustentam as discussões estabelecidas, a saber: “Propostas para realinhar as políticas em educação”, “Reforma de Estado” (Banco Mundial, 2018a, 2018b) e Decreto n.º 32.291/2024 (Foz do Iguaçu, 2024b). É válido mencionar que a escolha desses documentos se justifica pela inquietação causada pela leitura dos textos.

Os dois primeiros documentos fazem parte de um pacote de Notas de Políticas Públicas formulados em 2018 pelo Banco Mundial e direcionados à sociedade brasileira e aos candidatos à presidência do Brasil e a sua equipe econômica. O organismo afirma, ainda, estar nesses documentos o seu diagnóstico da realidade brasileira e propõe possíveis caminhos para o enfrentamento desses desafios. Essa é a principal justificativa para a seleção desses textos, uma vez que é objetivo deste trabalho discutir a influência de diretrizes voltadas à educação, defendidas por organismos internacionais, como o Banco Mundial, nas políticas educacionais da Rede Municipal de Educação de Foz do Iguaçu, no estado Paraná.

Em seguida, o terceiro documento corresponde ao Decreto n.º 32.291/2024 (Foz do Iguaçu, 2024b), que regulamenta o Acordo de Metas do Programa Gestão para Resultados instituído pela Lei Ordinária 3.961/2012 (Foz do Iguaçu, 2012) e que compõem parte do arcabouço normativo ligado às políticas educacionais do município de Foz do Iguaçu.

No que concerne à análise dos documentos, utiliza-se a abordagem do ciclo de políticas, relacionando-a aos conceitos de performatividade, meritocracia e gerencialismo. Em conformidade com o exposto por Mainardes (2006, p. 48) “a abordagem do ciclo de políticas constitui-se num referencial analítico útil para a análise de programas e políticas educacionais”, pois permite uma análise crítica de programas e políticas desde a sua formulação até a implementação de suas práticas e seus efeitos.

A respeito da abordagem do ciclo de políticas, Mainardes (2006), ao citar os estudos dos pesquisadores ingleses Ball e Bowe, afirma que “[...] traz várias contribuições para a análise de políticas, uma vez que o processo político é entendido como multifacetado e dialético, necessitando articular as perspectivas macro e micro [...]” (Ball & Bowe, 1992 como citado em Mainardes, 2006, p. 55). Compreendendo que a política é influenciada por múltiplos fatores, interesses, contextos, entre outros elementos, ela perpassa por diversos conflitos e transformações constantes e está diretamente relacionada aos meios institucional, global e estatal.

Os autores, segundo Mainardes (2006), apresentam a composição do ciclo, que se constitui por cinco contextos principais, sendo eles: contexto de influência; contexto de produção; contexto de prática; contexto de resultados/efeitos; e contexto de estratégia política. O contexto da influência, segundo Mainardes (2006, p. 51), corresponde “[...] onde normalmente as políticas públicas são iniciadas e os discursos políticos são construídos [...]”, e, como o próprio nome reforça, a influência de quem e para quem essa política é elaborada, “[...] com interesses mais estreitos e ideologias dogmáticas [...]” (Mainardes, 2006, p. 52).

Cabe destacar que o contexto de produção inclui o alinhamento do interesse público à manutenção da política por meio de políticas públicas e demais instâncias que as oficializam. Nesse sentido, instâncias estatais – ministérios, secretarias, conselhos, comissões técnicas – não são neutras e, em muitos momentos, são ambíguas e contraditórias propositalmente, permitindo múltiplas interpretações.

Em linhas gerais, Mainardes (2006) destaca que, no campo da prática, a política está suscetível a interpretações; nos resultados, ademais, almeja justiça e igualdade; ao passo em que, no campo das estratégias, há o destaque ao conjunto de ações e políticas. Compreende-se, dessa forma, que todos os referidos contextos estão inter-relacionados, refletindo na realidade escolar, que está inserida nos mesmos contextos e influencia diretamente a atuação docente e o ambiente escolar.

Diante do exposto, este estudo prioriza dois contextos principais de análise: o contexto de influência e o contexto dos resultados/efeitos. No contexto de influência, investiga-se a incidência de organismos internacionais – o BM – na formulação e indução de políticas educacionais. Já no contexto da prática, analisa-se como essas políticas estão reverberando e sendo implementadas na política educacional do município de Foz do Iguaçu. Observa-se que, embora apresentadas sob o discurso da melhoria da qualidade da educação, essas políticas são operacionalizadas por meio de práticas meritocráticas que, na realidade escolar, tendem a reforçar desigualdades, desconsiderando as condições materiais e sociais nas quais os profissionais da educação atuam.

A partir do modelo apresentado por Mainardes (2006), realiza-se a análise da política educacional implementada no município de Foz do Iguaçu, relacionando-a às diretrizes apresentadas pelo BM.

A análise revela questões caras que atravessam as ações realizadas no município de Foz do Iguaçu quanto à educação, podendo ser percebidas pela ótica dos ciclos de políticas em seus variados contextos. Ressalta, então, uma percepção das políticas sociais presentes no cotidiano, que:

[...] são vistas como mecanismos de manutenção da força de trabalho, ora como conquistas dos trabalhadores, ora como arranjos do bloco no poder ou bloco governante, ora como doação das elites dominantes, ora como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão (Faleiros, 2004, p. 8).

Compreende-se, assim, que é um elemento/instrumento/condição de controle da sociedade. Faleiros (2004) destaca que as políticas sociais não podem ser reduzidas a um

único esquema, pois aparecem como “dádivas” seguindo as exigências do capitalismo em diversos momentos. Para o presente trabalho, tem-se o enfoque nas políticas educacionais cujos conceitos de performatividade, meritocracia e gerencialismo ganham destaque.

Os organismos internacionais e os conceitos de performatividade, meritocracia e gerencialismo

As políticas internacionais são reconhecidas como um conjunto de diretrizes, leis, orientações, programas e ações implementadas por órgãos do Estado, com o objetivo de regular e orientar a preparação dos profissionais da educação, que influenciam as políticas educacionais do país. Werlang e Viriato (2012) retratam que, no Brasil e em outros países da América Latina, a partir da década de 1990, o sistema educacional passou a ser fortemente influenciado pelo ideário neoliberal já presente no sistema macroeconômico, o qual vem sendo regido pelos princípios da economia, ou seja, pelas regras do mercado.

Os principais organismos que formulam essas políticas são: o BM – uma instituição financeira internacional que, além de conceder empréstimos, exerce forte influência na definição de políticas educacionais por meio de suas condicionalidades e recomendações técnicas; a OCDE – que, por sua vez, é uma organização internacional que reúne principalmente países desenvolvidos e atua na formulação de políticas públicas, incluindo as educacionais; e a Unesco – a qual atua na formulação de políticas públicas, intermediando parcerias entre atores públicos, privados e não governamentais (Amestoy & Tolentino-Neto, 2020). No que se refere ao BM, Amestoy e Tolentino-Neto (2020) o apresenta:

O Banco Mundial (BM) fundado no período pós 2ª Guerra Mundial para emprestar dinheiro aos países em reconstrução/desenvolvimento, transformou-se em um gigante tanto no nível organizacional quanto em nível de complexidade de suas atuações. Com o decorrer dos anos, passou a atuar em diferentes frentes, desde o financiamento de projetos e programas, assistência técnica ao setor público, pesquisa econômica e liderança sobre outros organismos multilaterais, em áreas como educação, saúde, transporte, comércio, entre outras. Pode-se dizer que não há política neoliberal de desenvolvimento que não seja objeto da ação financeira do Banco (Amestoy & Tolentino-Neto, 2020, p. 6).

A partir da discussão desenvolvida pelos autores, é possível afirmar que o BM exerce influência nas políticas sociais implementadas sob uma perspectiva do neoliberalismo. Entre as áreas de atuação, a educação é uma das quais o organismo influencia por meio da elaboração de documentos norteadores de políticas educacionais.

No ano de 2018, o Banco Mundial publicou os relatórios “Propostas para realinhar as políticas de educação: superando a crise de aprendizagem com equidade” e “Reforma de Estado” (Banco Mundial, 2018a, 2018b). Neles, alguns apontamentos suscitam aspectos relacionados à performatividade, meritocracia e gerencialismo. Conforme apresenta o documento:

Incentivos de desempenho focados na aprendizagem dos alunos podem ser produtivos em sistemas onde outros mecanismos de responsabilização (por exemplo, de gestores escolares ou de pais) são fracos. Esta alternativa é mais eficaz no nível da escola do que no nível do professor (Banco Mundial, 2018a, p. 16).

De acordo com o documento supracitado, é possível identificar a busca de uma performatividade. Ball (2005) afirma que a performatividade é um mecanismo para estabelecer julgamentos e comparações. Nesse sentido, coloca-se sujeitos e organizações em perspectiva com seus pares a fim de se estabelecer um parâmetro de qualidade. Desse modo, verifica-se tais elementos na realidade das escolas, as quais recebem constantes incentivos, baseados em documentos que regulamentam e constroem essa cultura performativa por meio de avaliações de larga escala.

Para Ball (2005) tal perspectiva de performatividade se concretiza por meio da produção e divulgação de informações, indicadores e materiais institucionais com caráter promocional, os quais funcionam como mecanismos para estimular, julgar e comparar os profissionais com base em seus resultados, promovendo uma tendência à nomeação, comparação e classificação deles. Em última instância, a performatividade sugere a comparação e o julgamento de sujeitos. Para além disso, as instituições também sofrem a comparação e o julgamento e, a partir de listas que fazem o ranqueamento das instituições, recebem um selo de qualidade.

Na esteira da discussão sobre performatividade, tem-se o conceito de meritocracia. De acordo com Vieira *et al.* (2013, p. 318), a meritocracia é “[...] um sistema social, político e econômico em que os privilégios são obtidos pelo mérito [...]”. Seguindo tal lógica, os resultados obtidos pelos sujeitos e instituições são alcançados por intermédio do esforço que eles próprios empreendem. Dessa maneira, basta aumentar o nível de comprometimento, que melhores resultados serão alcançados.

No que se refere ao mérito, o BM, ao abordar a carreira do docente, apregoa que “a carreira de ensino (como o resto do serviço civil) é baseada em promoções automáticas e desvinculadas do desempenho e do mérito” (Banco Mundial, 2018a, p. 9). Ao levantar a

discussão, o documento defende uma política voltada ao mérito e desconsidera o modo com que os resultados são obtidos.

A esse modelo, Gonzaga (2023) tece uma crítica ao afirmar que o discurso meritocrático desconsidera as barreiras sociais, como se todos estivessem em iguais condições de desenvolvimento, o que, na prática, significa dizer que “[...] os que fracassaram não se esforçaram o suficiente, não são bons o bastante para estarem no topo” (Gonzaga, 2023, p. 42). Essa perspectiva é compartilhada por outros autores que também problematizam os efeitos da meritocracia na educação, como Dubet (2004, p. 543) ao dissertar que uma “[...] escola meritocrática legitima as desigualdades sociais”.

O gerencialismo é um conceito que está estreitamente interligado à noção de performatividade e meritocracia, identificado através de Ball (2005) como o principal meio pelo qual a estrutura e a cultura dos serviços públicos vêm sendo reformadas nas últimas décadas. Segundo o autor, “[...] o gerencialismo desempenha o importante papel de destruir os sistemas ético-profissionais que prevaleciam nas escolas, provocando sua substituição por sistemas empresariais competitivos” (Ball, 2005, p. 544).

Destarte, é imprescindível compreender que tais mudanças acabam provocando diversos atritos no ambiente escolar, pois não são fator isolado de performance do professor, do aluno ou das cobranças realizadas pela gestão sobre os resultados das avaliações, mas são elementos influenciados por diversos fatores, que afetam diretamente o desempenho dos alunos nas avaliações em larga escala. A situação é discutida por Pasini (2016), a qual reforça que o gerencialismo nas escolas gera uma competição entre os sujeitos que atuam na mesma rede, em que “[...] os profissionais da escola sentem-se culpados pelo mau desempenho dos alunos, desconsiderando as suas condições de trabalho, bem como as condições em que o aluno se encontra para desenvolver a aprendizagem [...]” (Pasini, 2016, p. 58).

O cenário evidencia a busca por atender uma performance/desempenho conforme orientam os documentos: tem-se implementado uma política de estabelecimento de metas, que colocam a prática docente em questionamento, atingindo a subjetividade de cada professor com as cobranças e a culpabilização impostas pelo sistema. Pode-se identificar, por meio do excerto exposto abaixo, um elemento que corrobora com isso, indicando a formação dos professores como inadequadas, exigindo investimento em mais formação continuada como estímulo às avaliações por meio de méritos:

Os professores são, em geral, mal formados e tem baixa motivação. Melhorar a seleção de professores na educação pública, implementar programas de formação contínua para educadores e vincular mérito ao

desempenho de ensino ajudaria a melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem (Banco Mundial, 2018a, p. 5).

Reafirmando, por meio de Faleiros (2004, p. 10), que “os organismos privados estatais estão muito entrosados na administração ou gestão cotidiana dos programas sociais, formando um só conjunto, que alguns setores chamam Estado ampliado”. Esses programas estão presentes constantemente no cotidiano como forma de benefício ou serviço; em muitos casos, todavia, pode-se perceber a real funcionalidade como meio de controle e regramentos a serem seguidos para padronizar o meio educacional, pois o sistema no qual estamos inseridos está baseado no pragmatismo neoliberal.

Ainda, segundo Faleiros (2004), os organismos privados e estatais encontram-se profundamente articulados na administração e gestão cotidiana dos programas sociais, os quais, em geral, são apresentados sob a forma de benefícios ou serviços. Essa articulação revela uma lógica de governança neoliberal, na qual o Estado deixa de ser o executor direto das políticas públicas, assumindo o papel de regulador e financiador, enquanto organismos privados passam a influenciar na definição de metas, critérios e mecanismos de avaliação. No campo da educação, isso se manifesta na crescente presença de fundações empresariais e instituições na formulação de políticas de formação docente, subordinando-as a interesses mercadológicos e à lógica da eficiência.

Nesse contexto, os programas de formação de professores foram redesenhados para atender às demandas do mercado, muitas vezes desconsiderando as especificidades sociais, culturais e pedagógicas das realidades escolares. Como resultado, observou-se a crescente desvalorização da profissão docente, o enfraquecimento das instituições formadoras e a padronização dos currículos. A tendência, que já se manifestava há uma década, permanece atual. Apesar dos alertas e críticas oriundas de setores acadêmicos e sindicais, as políticas de formação continuam sendo alvo de disputas e capturas por interesses privados. Em consequência, configura-se um modelo de formação docente cada vez mais voltado à adaptação técnica e eficiência operacional, em detrimento da formação crítica, socialmente referenciada e comprometida com a transformação da realidade educacional.

Com tal aumento expressivo na procura de cursos de graduação, especialmente na modalidade a distância, percebe-se um aumento da influência de instituições privadas e de organismos internacionais, que assumiram protagonismo na definição das diretrizes educacionais dos países latino-americanos. Algumas influências repercutem em ideais de perfil docente desejado, na seleção dos conteúdos curriculares, nas metodologias empregadas e nos critérios de avaliação, orientando toda a formação profissional a partir de princípios

mercadológicos e padronizadores, em que adotam modelos de formação baseados em competências, avaliação por desempenho e responsabilização individual dos professores.

É possível observar a influência constante desses organismos por meio de trechos como o exposto abaixo, retirado do documento “Reforma do Estado” (Banco Mundial, 2018b), que incentiva a mercantilização/privatização da educação, precarizando gradualmente a profissão docente, através dos seguintes destaques:

A força dos sindicatos tem dificultado as tentativas de introduzir incentivos de governança e desempenho no serviço público: As pressões salariais geram crescentes desequilíbrios fiscais. Super-salários e tolerância à má conduta ressaltam a perda do controle do Executivo sobre a folha de pagamentos e a gestão de recursos humanos (Banco Mundial, 2018b, p. 11).

Em consonância ao documento, verifica-se que reforça e incentiva a culpabilização do professor pelo baixo desempenho nas avaliações. Ainda em conformidade com o texto, os professores não possuem incentivos claros para melhorar o desempenho e não são responsabilizados. Ademais, o trecho a seguir, retirado do documento reforça isso defendendo uma educação destinada a cumprir metas, através dos seguintes destaques:

Introduzir uma avaliação padronizada do professor (para orientar o desenvolvimento profissional): A avaliação do professor é fundamental para melhorar o ensino e a formação continuada. Usar a avaliação para recompensar os profissionais de alto desempenho e direcionar a formação continuada para as áreas e os professores que precisam de mais apoio. A avaliação padronizada em sala de aula pode fornecer informações essenciais para melhorar a gestão de sala de aula, o uso do tempo e práticas pedagógicas (Banco Mundial, 2018a, p. 16).

O documento reforça a argumentação de que a baixa qualidade do ensino no Brasil está associada a múltiplos fatores, como a fragilidade na formação inicial dos professores, o uso inadequado das avaliações estudantis para orientar práticas pedagógicas e programas de formação continuada, além da falta de alinhamento entre a progressão na carreira docente, os incentivos salariais e o desempenho profissional. Soma-se a isso o fraco suporte institucional e a limitada responsabilização dos professores.

A influência dos organismos internacionais na política educacional de Foz do Iguaçu

A partir da discussão desenvolvida na segunda seção deste trabalho, faz-se uma relação entre os documentos “Reforma do Estado” e “Propostas para realinhar as políticas de educação: superando a crise de aprendizagem com equidade” (Banco Mundial, 2018a, 2018b)

e o Decreto n.º 32.291/2024 (Foz do Iguaçu, 2024b), cuja sustentação está na Lei n.º 3961/2012 (Foz do Iguaçu, 2012), que tratam sobretudo do Acordo de Metas o Chefe do Executivo Municipal e os servidores públicos.

Ademais, é importante ressaltar que, além dos documentos, busca-se ancoragem na abordagem de ciclo de políticas e nos autores que desenvolveram pesquisas acerca das políticas educacionais do município de Foz do Iguaçu. Com base nos documentos e na bibliografia, analisa-se quais dos contextos do ciclo de políticas são notadamente marcados, relacionando-os aos documentos do BM e aos conceitos de performatividade, meritocracia e gerencialismo. Contudo, é mister afirmar, ainda, que ao abordar a questão da influência do BM não se pretende dizer que há uma correlação direta e mecânica entre as diretrizes apontadas nos documentos e a política educacional de Foz do Iguaçu, nem se trata de uma transposição mecânica dos documentos citados à realidade da legislação do município.

Sob essa perspectiva, o município de Foz do Iguaçu, desde a implementação da Lei n.º 3961/2012 (Foz do Iguaçu, 2012), que institui o Programa Gestão para Resultados, formulou 9 Decretos para regulamentar o Acordo de Metas previsto na referida Lei. O documento mais recente é o Decreto n.º 32.291/2024 que “regulamenta o Acordo de Metas do Programa de Gestão para Resultados, no âmbito da Secretaria Municipal da Educação” (Foz do Iguaçu, 2024b).

A respeito do contexto de influência, Mainardes (2006) levanta alguns elementos podem ser analisados como, por exemplo, quais grupos políticos envolvidos na elaboração das ações, quais influências e tendências presentes nas políticas educacionais investigadas, a verificação da existência de traços de políticas globais/internacionais, nacionais e locais, que outros grupos exercem ou tentam exercer influência nessas políticas e, por fim, existe uma genealogia dessas ações.

Em relação a origem dessa política no município de Foz do Iguaçu, ela não é nova, sendo promulgada na Lei 3.961/2012 (Foz do Iguaçu, 2012) e regulamentada por outros 9 decretos, o primeiro deles ainda no ano de 2012 e o último no ano de 2025. Com base nesse contexto, é possível afirmar que o Programa de Gestão por Resultados vem se consolidando e não se configura em uma singularidade de uma gestão municipal específica.

Além disso, explorando as reflexões de Mainardes (2006), acerca do grupo político, trata-se de um ato administrativo do executivo e, portanto, reflete os interesses da administração pública. Embora a Lei 3.961/2012 (Foz do Iguaçu, 2012) aponte que o Acordo de Metas é um instrumento contratual celebrado entre o Chefe do Executivo, entre outros

dirigentes e os servidores públicos, o Decreto faz menção ao acordo apenas em duas ocasiões: a primeira delas em sua ementa e pela segunda vez no seu artigo 1º, quando afirma estar regulamentado o referido acordo. Destarte, torna-se possível afirmar que não há a participação ampla dos professores na celebração das metas das quais precisam atingir.

Ao analisar o Decreto n.º 32.291/2024 (Foz do Iguaçu, 2024b), que institui Prêmio por Desempenho às Escolas Municipais, é possível identificar, ainda, aproximações com as diretrizes defendidas pelo BM nos documentos mencionados anteriormente como, por exemplo, o papel central no monitoramento de índices de avaliação como critério para gestão e alocação de recursos. Essas convergências sinalizam uma influência das políticas internacionais nas políticas educacionais do município.

Os primeiros aspectos que podem ser destacados concernem à gestão por resultados e à premiação por desempenho, fortemente presente no Decreto. O documento institui um prêmio financeiro condicionado aos resultados das escolas no Ideb, com faixas de premiação baseadas nas metas de melhoria em relação à nota anterior (Foz do Iguaçu, 2024b). Essa diretriz se articula diretamente com as recomendações do BM, que sugerem incentivos com base no desempenho, em que reforça a necessidade de responsabilizar gestores, professores ou pais referente a índices baixos.

Vale a pena problematizar se o instrumento elegido pelo Decreto – Ideb – é adequado para verificar a aprendizagem dos estudantes e, conseqüentemente, a qualidade do sistema educacional.

Além disso, de acordo com o organismo, esse é um mecanismo para elevar a eficiência da gestão educacional, uma preocupação constante nas diretrizes analisadas que sustentam o gerencialismo que, em conformidade com Ball (2005), significa incutir ao serviço público uma lógica empresarial. A lógica, então, provoca uma transformação no entendimento de educação como uma mercadoria e não um direito, fazendo com que a comunidade passe a ser cliente, criando um modelo de competitividade entre as instituições educacionais.

Ainda sobre o gerencialismo citado por Ball (2005), presente nas diretrizes do Banco Mundial (2018a, 2018b) e reforçado pelo Decreto (Foz do Iguaçu, 2024b), é possível mencionar a responsabilização de professores e gestores pelos resultados obtidos. O Decreto municipal utiliza como principal critério o resultado no Ideb 2023, estabelecendo metas de crescimento percentual em relação ao índice de 2021 (Foz do Iguaçu, 2024b). Essa escolha evidencia a influência do paradigma de *accountability* por resultados, uma vez que o BM, ao tratar de monitoramento e avaliação, sugere “reformular a carreira docente através da

introdução de uma nova estrutura com caminhos claros para recompensar o bom desempenho, e com isso, ter a possibilidade de apoiar mais intensamente os professores com fraco desempenho” (Banco Mundial, 2018a, p. 16).

É importante problematizar a noção de bom desempenho, uma vez que o critério escolhido nesse contexto é o Ideb. Gonzaga (2023), ao analisar o Projeto Político Pedagógico das seis escolas da rede municipal com o maior desempenho e as seis escolas com o menor desempenho, verificou que este último grupo estão em contexto de vulnerabilidade social, cultural e econômica, o que impacta no seu rendimento escolar. Nesse sentido, a bonificação por bom desempenho passa a ser a punição por não atingir a meta estabelecida pelo poder público.

Alinhado ao gerencialismo, é possível citar dois mecanismos que sustentam a lógica empresarial na educação: a meritocracia e a performatividade. O município de Foz do Iguaçu, no Decreto n.º 32.291/2024, em seu Artigo 2º, reconhece o pagamento de “Prêmio por Desempenho dos Profissionais da Educação, no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino para o exercício de 2023” (Foz do Iguaçu, 2024b) e estabeleceu as condições para o seu recebimento. No Artigo 3º, se lê: “As unidades escolares que obtiverem nota igual ou superior a 7,0 (sete), no resultado do IDEB/2023, farão jus ao prêmio, de que trata o art. 2º deste Decreto, na sua integralidade” (Foz do Iguaçu, 2024b).

Outrossim, o pagamento de um prêmio por desempenho às instituições que alcançarem as metas estabelecidas pelo Decreto sugere que as escolas municipais possuem condições semelhantes para realizarem tal feito. Consequentemente, reforça a ideia de que, mediante o esforço adequado, é possível se atingir os resultados esperados. Essa é a lógica meritocrática que subjaz ao Decreto.

Nesse sentido, o viés meritocrático do texto normativo desconsidera as diferentes realidades sociais, culturais e econômicas que impactam no rendimento escolar das instituições, legitimando uma ordem social vigente. Desse modo, reproduz e naturaliza as desigualdades sociais existentes como se apenas o esforço e o mérito fossem necessários para atingir bons resultados. Para além disso, as instituições que não conseguem apresentar a nota almejada, em virtude do contexto em que estão inseridas, são penalizadas, estigmatizadas e possuem uma invisibilização dos problemas que o assolam e que são de natureza estrutural da sociedade.

Os elementos citados revelam uma forte tendência neoliberal na política educacional do município de Foz do Iguaçu, notadamente marcada pela lógica mercadológica que distancia a educação enquanto direito e a aproxima de um produto de negociação.

Em relação ao contexto de resultados/efeitos, Mainardes (2006) faz algumas ponderações, apontando que esse contexto se preocupa com o impacto gerado pelas políticas educacionais formuladas. O autor acrescenta que as políticas devem ser analisadas, considerando as interações que ela estabelece com as desigualdades existentes.

Nesse sentido, Benitez e Souza (2015) afirmam que essa política meritocrática gerou uma série de efeitos colaterais para a educação do município, a saber: uma elevação repentina dos escores; a liberação de fluxo; precarização do currículo escolar; a competição entre escolas; alunos com melhor condição socioeconômica apresentam melhor rendimento; e o treinamento para as provas. Entre os elementos mencionados pelo autor, é possível aprofundar a questão da competição entre as escolas. Em seu estudo, Benitez e Souza (2015) apresenta que instituições com bons resultados fazem faixas para divulgação da sua nota no índice. Ainda mais, é corrente discursos entre profissionais que sugerem uma competição entre as instituições.

Nesse contexto de competitividade em que estão inseridos, os profissionais, segundo Pasini (2016, p. 55), “[...] sem perceber, aumentam a performatividade por meio do trabalho pedagógico em busca da almejada nota, na tentativa de ser melhor, deixando para segundo plano o que realmente importa, que é a aprendizagem dos alunos”. Trata-se de um movimento sutil que muitos professores acabam realizando em seu cotidiano escolar, em que em sua atuação passam a se orientar por metas e números, muitas vezes impostos de forma vertical, e não por aquilo que, de fato, sustenta a missão da escola: a formação humana, crítica e emancipadora.

Desse modo, o trabalho docente deixa de ser um processo reflexivo e criativo para se moldar a uma lógica técnica e instrumental, que prioriza o alcance de metas em detrimento do verdadeiro sentido da educação. É válido retomar que

[...] A performatividade é uma tecnologia, uma cultura e um método de regulamentação que emprega julgamentos, comparações e demonstrações como meios de controle, atrito e mudança. Os desempenhos de sujeitos individuais ou de organizações servem de parâmetros de produtividade ou de resultado, ou servem ainda como demonstrações de “qualidade” ou “momentos” de promoção ou inspeção [...] (Ball, 2005, p. 543).

As comparações mencionadas pelo autor são ferramentas de controle e exercem uma pressão sobre as instituições que as condicionam a formular estratégias para a elevação dos

índices. Consequentemente, cria-se um ranqueamento das escolas, que as classifica e as estigmatiza¹.

Outra questão a ser considerada é a de que o texto normativo, ao prever metas parciais, reconhece que a nota-corte estabelecida pode não ser atingida por todas as escolas. De acordo com o Decreto 32.291/25:

§ 1º As unidades que não atingirem o resultado, na forma prevista no caput deste artigo, farão jus ao prêmio correspondente a: I - 50% (cinquenta por cento) do valor previsto no art. 2º deste Decreto, desde que obtenha acréscimo de, no mínimo, 6% (seis por cento) na nota do IDEB/2023, em relação ao resultado do IDEB/2021, conforme Anexo I - Tabela de Metas; II - 80% (oitenta por cento) do valor previsto no art. 2º deste Decreto, desde que obtenha acréscimo de, no mínimo, 10% (dez por cento) na nota do IDEB/2023, em relação ao resultado do IDEB/2021, conforme Anexo I - Tabela de Metas. III - integralidade do valor previsto no art. 2º deste Decreto, desde que obtenha acréscimo, no mínimo, de 12% (doze por cento) na nota do IDEB/2023, em relação ao resultado do IDEB/2021, conforme Anexo I - Tabela de Metas (Foz do Iguaçu, 2024b).

Além de reconhecer que determinadas escolas não reúnem condições para obter a nota estabelecida pelo documento, o escalonamento da meta em percentuais denota uma preocupação da Gestão Municipal apenas com o resultado em termos numéricos, e não abarca a questão estrutural e das condições sob as quais as instituições educacionais se encontram, o que inviabiliza o alcance dessas escolas à nota 7,0.

Diante das considerações apontadas ao longo do estudo, é possível afirmar que a política educacional do município de Foz do Iguaçu possui traços similares aos sugeridos pelos documentos norteadores do Banco Mundial como, por exemplo, a implementação de uma cultura gerencialista que privilegia mecanismos como a performatividade e a meritocracia. É válido ressaltar de que não se trata de uma implementação mecânica e direta do organismo.

Em suma, sob essa perspectiva, o Decreto n.º 32.291/2024 (Foz do Iguaçu, 2024b) contribui para deslocar o entendimento de educação como um direito social previsto na Constituição Federal (Brasil, 1988) para uma lógica de mercadoria em que a aprendizagem pode ser medida por métricas objetivas, que são utilizadas para atrelar recursos financeiros que recompensam bons “clientes” e penalizam estudantes e profissionais que atuam em contextos mais vulneráveis.

¹ A notícia intitulada “Foz do Iguaçu registra Ideb de 7,4; confira as notas das escolas avaliadas” (Álvaro, 2024) apresenta um exemplo de ranqueamento das escolas a partir da nota atingida no Ideb. O modo com que a mídia cobre e explora pode ser uma temática para novas pesquisas.

Considerações finais

O presente estudo objetivou discutir a influência das políticas educacionais elaboradas por organismos internacionais, especialmente o Banco Mundial, nas decisões da Rede Municipal de Educação de Foz do Iguaçu. Para tanto, foram elegidos os documentos “Reforma do Estado” e “Propostas para realinhar as políticas em educação” (Banco Mundial, 2018a, 2018b) como principais referências, e, a partir da abordagem do ciclo de políticas, buscou-se identificar como essas diretrizes se manifestam nos diferentes contextos – sobretudo de influência e de resultados/efeitos – na realidade municipal.

Os resultados obtidos indicam que a política educacional do município apresenta traços marcantes das orientações contidas nos documentos internacionais analisados. Identifica-se, sobretudo, a presença da lógica meritocrática, gerencialista e performática na gestão educacional, explicitadas no Decreto n.º 32.291/2024 (Foz do Iguaçu, 2024b), que regulamenta o Acordo de Metas do Programa de Gestão para Resultados e institui o pagamento do Prêmio por Desempenho. Essa normatização atrela bonificações financeiras ao alcance de uma meta, que consiste na obtenção da nota 7,0 no Ideb. A referida política reproduz a lógica empresarial e desloca a educação de sua condição de direito social para uma concepção de mercadoria, o que revela uma forte tendência neoliberal no sistema educacional de Foz do Iguaçu.

A análise dos contextos do ciclo de políticas revelou que a influência dos organismos internacionais é evidente no contexto de influência, mas também se concretiza no contexto de resultados/efeitos, na medida em que orienta as estratégias políticas e legitima desigualdades sob o argumento da eficiência e da responsabilização. Assim, conclui-se que as políticas educacionais do município de Foz do Iguaçu refletem um alinhamento com diretrizes externas que desconsideram as condições históricas, sociais e culturais das instituições, reforçando uma lógica meritocrática que naturaliza desigualdades, em vez de combatê-las.

Por fim, é importante mencionar que o documento foi assinado pelo então Prefeito Francisco Lacerda Brasileiro, no ano de 2024, e que essa é uma ferramenta utilizada que demonstra práticas gerencialistas que estão enraizadas na política educacional municipal. Nesse sentido, a atual gestão, do Prefeito Joaquim Silva e Luna, atua na manutenção dessa perspectiva e inova ao implantar novas categorias de metas. Desse modo, sugere-se novas investigações que ampliem as discussões do presente artigo, como a bonificação por

desempenho, e relacione outros aspectos, como a formação continuada de professores e o provimento de profissionais da educação para atuação na rede municipal de Foz do Iguaçu.

Referências

- Álvaro, V. (2024). *Foz do Iguaçu registra Ideb de 7,4; confira as notas das escolas avaliadas*. Recuperado de: <https://www.h2foz.com.br/educacao/foz-do-iguacu-registra-ideb-de-74-confira-as-notas-das-escolas-avaliadas/>. Acesso em: 29 jul. 2025.
- Amestoy, M. B. N. & Tolentino-Neto, L. C. B. (2020). Políticas públicas e a influência dos organismos internacionais: a educação básica no foco do debate. *Research, Society and Development*, 9(2), e152922189.
- Ball, Stephen J. (2005). Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. *Cadernos de Pesquisa*, 35(126), 539-564.
- Banco Mundial. (2018a). *Propostas para realinhar as políticas de educação: superando a crise da aprendizagem com equidade*. Grupo Banco Mundial. Recuperado de: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/099142206262318901/pdf/IDU041bc2c690ae0904d300aef103831b132483d.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2025.
- Banco Mundial. (2018b). *Reforma do Estado*. Grupo Banco Mundial. Recuperado de: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/099005206262331122/pdf/IDU0850df8be0033e04193090d20838a38986534.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2025.
- Benitez, S. & Souza, S. A. (2015). Efeitos colaterais da meritocracia na educação: a rede municipal de educação de Foz do Iguaçu e o IDEB. *RBPAE*, 31(2), 355-369.
- Brasil. (1989). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Presidência da República.
- Dubet, F. (2004). O que é uma escola justa? *Cadernos de pesquisa*, 34(123), 539- 555.
- Faleiros, V. P. (2004). *O que é política social* (5ª ed). São Paulo: Brasiliense.
- Foz do Iguaçu. (2024b). *Decreto nº 32.291, de 23 de fevereiro de 2024. Regulamenta o Acordo de Metas do Programa de Gestão para Resultados, no âmbito da Secretaria Municipal da Educação, conforme especifica*. Foz do Iguaçu: Prefeitura Municipal.
- Foz do Iguaçu. (2024a). *Foz é destaque no Ideb 2023 como 1º lugar entre cidades com mais de 250 mil habitantes*. Recuperado de: <https://www5.pmfi.pr.gov.br/noticia-53774>. Acesso em: 29 jul. 2025.
- Foz do Iguaçu. (2012). *Lei nº 3961, de 10 de abril de 2012. Institui o Programa Gestão para Resultados, que disciplina o Acordo de Metas e a forma de pagamento do Prêmio por Desempenho - PD - no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do*

Poder Executivo do município de Foz do Iguaçu e dá outras providências. Foz do Iguaçu: Prefeitura Municipal.

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. (4th ed.). Atlas.

Gonzaga, J. C. (2023). *Características de contexto e sua inferência nos resultados do IDEB na rede municipal de educação de Foz do Iguaçu: uma análise comparativa entre as escolas com maior rendimento e escolas com menor rendimento*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel.

Mainardes, J. (2006). Abordagem do ciclo de políticas uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educ. Soc.*, 27(94), 47-69.

Pasini, J. F. S. (2016). *Políticas de avaliação em larga escala e o contexto da prática em municípios de pequeno porte do estado do Paraná (2005/2013)*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

Vieira, C. M.; Borges, K. P; Gonzaga, L. P. & Oliveira, N. D. G. L. (2013). Reflexões sobre a meritocracia na educação brasileira. *Reflexão e Ação*, 21(esp.), 316-334.

Werlang, A. C. & Viriato, E. O. (2012). O Programa para Reforma Educacional na América Latina e Caribe (PREAL) e a política e formação docente no Brasil na década de 1990. *Form. Doc.*, 4(6), 10-23.

*Submetido em agosto de 2025
Aprovado em dezembro de 2025*

Informações autorais

Ana Paula Domingos Baladeli

Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA-Brasil)
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7590021840796219>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8508-0350>
E-mail: ana.baladeli@unila.edu.br

José Luiz da Silva Acosta

Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA-Brasil)
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4015633991593581>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-4438-6936>
E-mail: joseluiz.acosta@outlook.com

Estephany Eduarda da Silva de Souza

Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA-Brasil)
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7119967213310486>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-6098-7130>
E-mail: estephany-eduarda@hotmail.com